

Volume
31/2
ICH - UFPel



História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

**História Pública: caminhos para a
democratização do conhecimento já disponível!**

Reitoria

Reitora: *Ursula Rosa da Silva*

Vice-Reitor: *Eraldo dos Santos Pinheiro*

Chefe de Gabinete da Reitoria: *Renata Vieira Rodrigues Severo*

Pró-Reitor de Ensino: *Antônio Maurício Medeiros Alves*

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: *Marcos Britto Corrêa*

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Fábio Garcia Lima*

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento: *Aline Ribeiro Paliga*

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: *Josy Dias Anacleto*

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: *Taís Ullrich Fonseca*

Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Equidade: *Cláudia Daiane Garcia Molet*

Superintendente do Campus Capão do Leão: *José Rafael Bordin*

Superintendente de Gestão Administrativa: *Mariana Schardosim Tavares*

Superintendente de Gestão da Informação e

Comunicação: *Christiano Martino Otero Ávila*

Superintendência de Inovação e Desenvolvimento

Interinstitucional: *Vinicius Farias Campos*

Superintendência de Infraestrutura: *Everton Bonow*

Superintendência do Hospital Escola: *Tiago Vieiras Collares*

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: *Prof. Dr. Sebastião Peres*

Vice-Diretora: *Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini*

**Núcleo de Documentação História da UFPEL –
Profa. Beatriz Loner**

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Prof. Dra. Márcia Janet Espig

Técnico Administrativo:

Cláudia Daiane Garcia Molet – Técnica em Assuntos Educacionais

Paulo Luiz Crizel Koschier – Auxiliar em Administração

**História em Revista - Publicação do Núcleo de
Documentação Histórica – Profª. Beatriz Loner**

Comissão Editorial:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck

Profa. Dra. Márcia Janet Espig

Prof. Dr. Jonas Vargas

Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:

*Profa. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U.,
Universidad de los Andes, Santiago, Chile*

Profa. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP - Marília)

Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP)

Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)

Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)

Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal de Uberlândia)

Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)

Profa. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa

Profa. Dra. Karina Ines Ramacciotti, (UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)

Profa. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPEL)

Profa. Dra. Maria Antônia Lopes (Universidade de Coimbra)

Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

Profa. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade de Évora)

Profa. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade do Minho)

Profa. Dra. María Silvia Di Liscia (Universidad Nacional de La Pampa – AR)

Profa. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto Hurtado – Chile)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).

Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)

Profª. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)

Profª. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)

Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

Editora: Lorena Almeida Gill

Editores do Volume: Lorena Almeida Gill (UFPEL); Alice da Conceição Teixeira (UFPEL); Flaviano Batista Ferreira (UFPEL)

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Trápiche da praia do Laranjal (Pelotas-RS). Foto: Paulo Koschier

Pareceristas ad hoc: Aldenize da Silva Ladislau (UFPB); Amanda Chiamenti Both (PUCRS); Amanda Motta Castro (FURG); Ana Lúcia Costa de Oliveira (UFPEL); Ângelo Rodrigo Silva Pinheiro (UFF); Anselmo Alves Neetzow (FURG); Artur

Henrique Franco Barcelos (FURG); Caiuá Cardoso Al-Alam (UNIPAMPA); Daniel Ferreira da Silva (UEM); Darcylene Pereira Domingues (UFPel); Dayane Nascimento Sobreira (UFPB) Eduardo Rocha (UFPel); Felipe Nóbrega Ferreira (UFPel); Felipe Treviso Bresolin (UFRGS); Jivago Correia Barbosa (IPHAN/PB - IFPB); Jonas Moreira Vargas (UFPel); Juarez José Rodrigues Fuão (FURG); Julia Silveira Matos (FURG); Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (UFPB); Marciane Ambrósio Benicio (UFPB); Mauro Dillmann Tavares (UFPel); Natália de Oliveira Tavares (USP); Rafael Nóbrega Araújo (UEPB/UFCG); Rafael Teixeira Chaves (UFPel); Taiane Mendes Taborda (UFPel); Vanessa Avila Costa (UFPel); Wagner Silveira Feloniuk (FURG); Wanderlene de Freitas Souza Barros (UFAM); Wilian Junior Bonete (UFPel).

Rua Benjamin Constant 1071 – Pelotas, RS
Fone: (53) 98115-2011

Edição: 2026/2
ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online Computer Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso | International Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPel/NDH / Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770
Fone/Whatsapp: (53) 3284 3208
Disponível em
<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>
e-mail: historiaemrevista@ufpel.edu.br

Editora e Gráfica Universitária

Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira
Representantes das Ciências Agrárias: Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner (TITULAR), Cássio Cassal Brauner e Viviane Santos Silva Terra

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves dos Santos (TITULAR), Felipe Padilha Leitzke e Werner Krambeck Sauter

Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosângela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Marla Piumbini Rocha
Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências da Saúde: Claiton Leonetti Lencina (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Bruno Rotta Almeida e Marislei da Silveira Ribeiro

Representantes da Área das Ciências Humanas: Maristani Polidori Zamperetti (TITULAR) e Mauro Dillmann Tavares

Representantes da Área das Linguagens e Artes: Chris de Azevedo Ramil (TITULAR), Leandro Ernesto Maia e Vanessa Caldeira Leite

Seção de Pré-Produção – Isabel Cochrane, Suelen Aires Böettge

Seção de Produção

Preparação de originais – Eliana Peter Braz, Suelen Aires Böettge

Catálogo – Madelon Schimmelpfennig Lopes

Revisão textual – Anelise Heidrich, Suelen Aires Böettge

Projeto gráfico e diagramação – Fernanda Figueredo Alves, Alice Martins de Lima (Bolsista)

Coordenação de projeto – Ana da Rosa Bandeira

Seção de Pós-Produção – Marisa Helena Gonsalves de Moura, Eliana Peter Braz, Newton Nyamasege Marube

Projeto Gráfico & Capa – Paulo Luiz Crizel Koschier

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê : História Pública : caminhos para a democratização do conhecimento já disponível!) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner, v.31, n.2, ago. 2026. – Pelotas: UFPel/NDH, 2026 – 199 p. ; 3 MB

Semestral
e-ISSN: 2596-2876
Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader
Disponível em:
<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Acervos 3. Conhecimento

CDD: 907



Filiada à ABEU

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 07
A HISTÓRIA PÚBLICA COMO UMA POSSIBILIDADE PARA DEMOCRATIZAR O CONHECIMENTO

PUBLIC HISTORY AS A POSSIBILITY FOR DEMOCRATIZING KNOWLEDGE

Lorena Gill | Alice Teixeira | Flaviano Batista

QUEM DECIDE O QUE SERÁ LEMBRADO? INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ACERVOS DIGITAIS E O FUTURO DO DIREITO À MEMÓRIA 12
WHO DECIDES WHAT WILL BE REMEMBERED? ARTIFICIAL INTELLIGENCE, DIGITAL COLLECTIONS AND THE FUTURE OF THE RIGHT TO MEMORY

Denis Ramon Funes Flores

COLETÂNEA DO ARQUIVO DO SENADO FEDERAL E OS DESAFIOS DE UMA HISTÓRIA PÚBLICA DENTRO DO PODER LEGISLATIVO 22

FEDERAL SENATE ARCHIVE COLLECTION AND THE CHALLENGES OF PUBLIC HISTORY WITHIN THE LEGISLATIVE BRANCH

Alexandre Alves de Sousa Moreira

“HISTÓRIAS COMPARTILHADAS”: A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PASSADO NA COLEÇÃO DE HISTÓRIA ORAL DO MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO 35

“SHARED HISTORIES”: COLLECTIVE CONSTRUCTION OF THE PAST IN THE ORAL HISTORY COLLECTION OF THE MUSEUM OF IMMIGRATION OF SÃO PAULO

Pedro Jardel Fonseca Pereira

ARQUIVOS QUE REVELAM: O NDH/UFPEL E SUAS ARTICULAÇÕES ENTRE HISTÓRIA PÚBLICA, DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E HISTÓRIA DAS MULHERES 55

ARCHIVES THAT REVEAL: NDH/UFPEL AND ITS ARTICULATIONS BETWEEN PUBLIC HISTORY, THE DEMOCRATIZATION OF KNOWLEDGE, AND WOMEN'S HISTORY

Andreina Hardtke Corpes

**MEMÓRIA CONTRA O SILÊNCIO: O TRABALHO DA COMISSÃO
UNIVERSITÁRIA DA VERDADE / UFPEL COMO FERRAMENTA PARA A
PRÁTICA DA HISTÓRIA PÚBLICA** **78**

MEMORY AGAINST SILENCE: THE WORK OF THE UNIVERSITY TRUTH
COMMISSION/UFPEL AS A TOOL FOR THE PRACTICE OF PUBLIC HISTORY

Nádia Coelho Kendzerski | Natasha Dias Castelli

**ENTRE O TRABALHO E OS FILHOS: MATERNIDADES E SERVIÇO
DOMÉSTICO NA ESCRAVIDÃO URBANA (RIO DE JANEIRO, 1870)** **95**

BETWEEN WORK AND CHILDREN: MOTHERHOOD AND DOMESTIC SERVICE IN URBAN
SLAVERY (RIO DE JANEIRO, 1870)

Nubia Sotini dos Santos

**ROTEIROS NEGROS NO PARANÁ: ESTRATÉGIAS DE HISTÓRIA PÚBLICA E
ENSINO DE HISTÓRIA ANTIRRACISTA** **112**

BLACK ROUTES IN PARANÁ: PUBLIC HISTORY AND ANTI-RACIST HISTORY
EDUCATION

Noemi Santos da Silva | Merylin Ricieli dos Santos

**BABÁ X BORCHES – O POSSÍVEL PRIMEIRO NEGRO DO FUTEBOL
PELOTENSE** **130**

BABÁ X BORCHES – THE LIKELY FIRST BLACK PLAYER IN PELOTAS FOOTBALL

Gabriel Gonçalves Ribeiro

**DA FORMAÇÃO COIMBRA À COORDENAÇÃO IMPERIAL: ELITES,
PROVÍNCIAS E UNIDADE TERRITORIAL NO BRASIL OITOCENTISTA EM
PERSPECTIVA IBERO-AMERICANA** **145**

FROM COIMBRA TRAINING TO IMPERIAL COORDINATION: ELITES, PROVINCES, AND
TERRITORIAL UNITY IN NINETEENTH-CENTURY BRAZIL FROM AN IBERO-AMERICAN
PERSPECTIVE

Thiago Perez Bernardes de Moraes

**O EMPÓRIO DAS ARTES E A PRESENÇA INDÍGENA NO MUSEU DE ARTE
SACRA DO PARÁ: SILENCIAMENTOS E DESAFIOS EDUCATIVOS 168**

THE EMPORIUM OF ARTS AND THE INDIGENOUS PRESENCE AT THE PARÁ MUSEUM OF
SACRED ART: SILENCING AND EDUCATIONAL CHALLENGES

**Diego Pereira Santos | Gabriel Ramos Pacheco | Laís Santos Sousa |
Lorena Botelho de Souza | Mariane Alves Borges**

**ARQUITETURAS DO PROGRESSO: MANAUS, A BELLE ÉPOQUE E O
PROJETO URBANO REPUBLICANO NA AMAZÔNIA 182**

ARCHITECTURES OF PROGRESS: MANAUS, THE BELLE ÉPOQUE, AND THE REPUBLICAN
URBAN PROJECT IN THE AMAZON

**Janderson Gustavo Soares de Almeida | Clodoaldo Matias da Silva |
Maria das Graças Maciel de Oliveira | Denison Melo de Aguiar**

MEMÓRIA CONTRA O SILÊNCIO: O TRABALHO DA COMISSÃO UNIVERSITÁRIA DA VERDADE/UFPEL COMO FERRAMENTA PARA A PRÁTICA DA HISTÓRIA PÚBLICA

MEMORY AGAINST SILENCE: THE WORK OF THE UNIVERSITY TRUTH COMMISSION/UFPEL AS A TOOL FOR THE PRACTICE OF PUBLIC HISTORY

Nádia Coelho Kendzerski

Doutoranda em História (PPGH-UFPEL), vinculada à linha de pesquisa "Estado: entre poder, tensões e autoritarismo". Mestre em História (2020) pela UFPEL. Graduada em Licenciatura Plena em História (2010) e Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa (2017), ambas pela UFPEL. Tem experiência nas áreas de História Argentina do século XX, ditaduras militares no Brasil e Argentina e estudos comparados entre Literatura e História. Atualmente pesquisa sobre o impacto dos órgãos de monitoramento da ditadura militar no cotidiano das Faculdades de Pelotas e da UFPEL entre os anos de 1964-1983. Em 2023 participou como historiadora da Comissão para implementação de medidas de Memória, Verdade e Justiça da Universidade Federal de Pelotas (CMVJ-UFPEL). Desde 2024 é pesquisadora/historiadora da Comissão Universitária da Verdade da Universidade Federal de Pelotas (CUV-UFPEL).

E-mail: nadiakendzerski@gmail.com

Natasha Dias Castelli

Doutoranda em História (PPGH-UFPEL). Mestre desde 2015 pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Participou de uma "Missão de Estudos" na Argentina com fomento da CAPES por meio do convênio CAPES/CAPG-BA. Concluiu sua graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas - UFPEL em 2011. Integrou a Comissão para

Resumo: O presente artigo busca demonstrar como o trabalho da Comissão Universitária da Verdade da UFPEL (CUV/UFPEL) se conecta com a sociedade por meio da chamada História Pública. Investigar os afastamentos, as perseguições políticas e a vigilância ocorridos na UFPEL durante a ditadura civil-militar (1964-1985) não se limita à reconstrução factual do passado, mas responde a um mal-estar do tempo presente que demanda respostas institucionais. O trabalho da Comissão será apresentado a partir dos resultados parciais da pesquisa desenvolvida até o momento, bem como de propostas voltadas à divulgação científica da documentação encontrada. A experiência da Comissão evidencia que a compreensão dos traumas do passado constitui um processo vivo e em constante disputa, uma vez que o direito à verdade se configura como ferramenta essencial para o fortalecimento da democracia, tanto no interior da universidade quanto para além dela.

Palavras-chaves: História Pública; Comissões da Verdade; Ditadura Militar; UFPEL

Abstract: This paper aims to demonstrate how UFPEL's University Truth Commission (CUV/UFPEL) connects to society through what is known as Public History. Investigating the removals, the political persecution, and surveillance that took place at UFPEL during the civil-military dictatorship (1964-1985) is not limited to the factual reconstruction of the past, indeed responding to an unrest from the present that demands institutional answers. The Commission's work will be presented through the partial results of the research developed up to the present moment, as well as through proposals aiming at the scientific dissemination of the documents found. The Commission experience highlights the fact that understanding traumas from the past constitutes a living process constantly disputed, once the right to the truth becomes an essential tool to strengthen democracy, both within the university and beyond it.

História em Revista, Volume 31, n. 2, ago./2026, pg. 78 a 94

Artigo recebido em 30/05/2026. Aprovado em 22/07/2026

Dossiê História Pública: caminhos para a democratização do conhecimento já disponível

Publicação do Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL – Profa. Beatriz Loner

Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/about>



implementação de medidas de Memória, Verdade e Justiça (CMVJ) da Universidade Federal de Pelotas (2023). Atualmente preside a Comissão Universitária da Verdade - CUV/UFPeL (2024-2027), além de atuar como pesquisadora/historiadora da mesma. Na pesquisa histórica, atua principalmente nos seguintes temas: Ditadura empresarial-militar argentina; Mães e Pais da Plaza de Mayo (de desaparecidos por razões políticas); Ditadura empresarial-militar brasileira; UFPeL no contexto da ditadura; Gênero; Memória; e História Oral.

E-mail: natasha.dias.castelli@gmail.com

Keywords: Public History; Truth Commissions; Military Dictatorship; UFPeL.

Memória, história pública e as Comissões da Verdade

Os debates acerca da história pública e usos do passado ocupam um espaço cada vez maior na produção historiográfica. Embora se entenda que a história pública não exige um campo disciplinar ou uma formação específica, a categoria “público” nesta discussão, remete tanto à função social do trabalho histórico, como à sua “audiência”. Segundo Cauvin (2019), a História Pública possui três eixos centrais: comunicar a história para além dos pares acadêmicos; alcançar engajamento público e utilizar o método historiográfico para pensar o presente.

A construção da história deve se pautar em uma perspectiva na qual historiadores proponham pesquisas articuladas às discussões demandadas pela sociedade. A consciência histórica é desenvolvida muito além das aulas de história ou da produção historiográfica. Atualmente podemos mencionar a grande influência dos conteúdos criados nas redes sociais, nas mais diversas mídias, os produtos da indústria cultural como um todo, e a própria criação de conteúdos duvidosos de rápida circulação como as chamadas *fake news*. Essas formas de comunicação, por serem muito dinâmicas, competem com o tempo “mais lento e necessário do historiador, tirando dele a exclusividade sobre o fazer historiográfico” (Rovai, 2020). Considerando esse acesso mais rápido e facilitado à informação do conhecimento histórico feito nas últimas décadas é necessário um olhar mais atento e preparado para a reinvenção dessa escrita propondo o compartilhamento da autoridade historiográfica.

Partindo do conceito de “cultura histórica”, formulado por Jörn Rüsen, para compreender a produção e os usos da história no espaço público, Schmidt (2014) destaca o “fenômeno do qual fazem parte o grande *boom* da História, o sucesso que os debates acadêmicos têm tido fora do círculo de especialistas e a grande sensibilidade do público em face do uso de argumentos históricos para fins políticos” (Schmidt, 2014, p.33). Conforme a autora reforça, muitos são os embates, distanciamentos e



aproximações da produção acadêmica com a própria construção da memória - e da interpretação - de conflitos que ainda estão “em aberto”.

A expansão progressiva de pesquisas situadas no escopo da história do tempo presente, da história oral, da história pública, bem como de outras disciplinas tem convergido para a compreensão desses campos como vetores de disputas pelas representações do passado e pelos sentidos da história quando levadas aos espaços públicos. Estes, caracterizados pela heterogeneidade de atores sociais com formações e interesses diversos, convertem-se em palcos de produção e circulação de narrativas que frequentemente colidem em seus objetivos e apropriações políticas.

Um exemplo reconhecido por sua atuação na produção de obras de divulgação histórica, bem como, a sua proximidade com a história pública e a história do tempo presente é o historiador Carlos Fico, o qual possui vasta produção sobre a temática da ditadura civil-militar brasileira. O autor pensa na produção histórica diante de eventos traumáticos e a ressignificação da memória intercedida pelo tempo presente. Para ele

Não se trata de abrir mão das explicações plurais, mas de se perceber que os eventos traumáticos possuem esse caráter “interminável” justamente em função de sua constante reelaboração através das memórias. Portanto, a memória dos eventos traumáticos integra inelutavelmente o esforço de construção do conhecimento histórico sobre tais processos. Ao contrário do que possa parecer em um primeiro momento, não se trata de uma contraposição entre memória e história: no caso da História do Tempo Presente, trata-se de uma imbricação constituinte (Fico, 2012, p.48).

A reflexão de Fico acerca da “imbricação constituinte” entre memória e história ressalta o papel da subjetividade na produção do conhecimento histórico. Logo, a história precisa da memória: os relatos orais, por exemplo, servem como fontes (documentos) para o historiador. Por outro lado, a história atua como um tribunal de controle da memória, impedindo que ela invente ou apague fatos que a ciência prova que aconteceram. Como alerta Pierre Nora (1993) “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos [...] A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (Nora, 1993, p.9).

Nesse viés, as três ênfases da história pública mencionadas por Cauvin (2019) dialogam perfeitamente com os trabalhos realizados por Comissões da Verdade. A demanda por uma comunicação qualificada, embora não exclusivamente direcionada aos seus pares acadêmicos, a partir de reivindicação da sociedade (incluindo sua participação) e, também, a aplicação da pesquisa e metodologias históricas em situações do tempo presente. O engajamento com o público, a relevância social e o retorno da pesquisa à sociedade configuram elementos centrais do trabalho de uma Comissão da Verdade. A produção de um relatório final abrangente, capaz de ampliar a compreensão histórica sobre um determinado contexto, pode converter-se em instrumento para a elaboração de políticas públicas. Conforme sintetiza Hollanda (2019)



Comissões da verdade são corpos sem caráter jurídico que se difundiram a partir dos anos 1980 em países recém egressos de regimes autoritários e guerras civis. Embora as comissões da verdade variem consideravelmente com os contextos políticos e sociais a que se aplicam, em geral envolvem sessões públicas ou privadas de testemunho com pessoas identificadas como vítimas de violações de direitos humanos por agentes de força de regimes passados ou milícias privadas (com ou sem articulação com governos). Ao final de seu mandato, elas devem produzir um relatório final que apresente uma narrativa abrangente sobre a experiência repressiva no país durante o período reconhecido como autoritário ou guerreiro (Hollanda, 2019, p. 101).

A memória dos acontecimentos históricos sempre estará em disputa, pois ela é imprescindível para a manutenção ou para o rompimento de estruturas políticas e sociais. O impacto desta disputa se dá quando não se tem garantido o direito a uma verdade histórica, logo, transforma-se uma história coletiva em uma memória privada das famílias e vítimas que não tem como esquecer o que passou. Rovai (2013) defende que há uma compreensão de responsabilidade enquanto “testemunha” diante do privilégio de ter sobrevivido a situações tão dolorosas, isto é, converte-se em uma urgência em compartilhar um saber que por vezes é desconhecido pela própria história.

Dar o testemunho, nesse caso, não é apenas falar de si mesmo, mas reconhecer o peso das perdas humanas, colocar-se diante da tragédia coletiva, por meio da lembrança de tantos entes queridos, dialogar com o mundo sobre a brutalidade que atingiu a vida criativa de uma geração e que continuou a se refletir sobre as novas pela inércia diante do sofrimento alheio. A recordação sobre as ausências presentes gera o mal-estar incômodo, mas necessário (Rovai, 2013, p.143-144).

A partir da reflexão da autora, podemos entender que o testemunho emerge, nesse contexto, não como exercício voluntário de narrativa pessoal, mas como imperativo ético, ou seja, falar é uma forma de recusar que a violência se normalize pelo esquecimento. Testemunhar temas sensíveis implica também convocar o outro a não banalizar experiências históricas que atravessam e constituem nossa coletividade. Nesse sentido, a disputa pela memória histórica não é apenas política, mas profundamente afetiva e ética.



O papel das Comissões e dos arquivos no mapeamento da repressão nas universidades

Em 2008, durante a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, que debateu a atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), aprovou-se a proposta de criação de uma Comissão da Verdade no Brasil. Em dezembro de 2009 o dispositivo integrou o texto final do Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3), lançado pelo Governo Federal. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instituída em 16 de maio de 2012, através da Lei n.º 12.528/2011, com o propósito de apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre os anos de 1946 e 1988.¹

Ao longo das atividades da CNV, entre maio de 2012 e dezembro de 2014, uma das frentes de investigação se debruçou sobre as universidades. Diante da percepção de lacunas na produção científica sobre o tema, foram produzidos textos temáticos para seu relatório final, como o *Volume II: Violações de Direitos Humanos nas Universidades*. De acordo com Hollanda (2019), a CNV promoveu um avanço significativo no reconhecimento das agendas de memória e verdade como temas de interesse público. As comissões subnacionais, por sua vez, tiveram abordagens mais próximas do ponto de vista das vítimas. Para além das comissões vinculadas a governos e legislativos estaduais e municipais, houve também a criação de comissões em sindicatos, associações profissionais e universidades. Este fenômeno de proliferação de grupos é tratado pela autora como “*comissionismo*” e revela uma demanda de grupos sociais formados principalmente por familiares de vítimas da repressão estatal e militantes, pelas pautas de memória, verdade e justiça.

Em consonância com essa reivindicação, em 2012, a CNV enviou ofício às universidades públicas requerendo listas com nomes de professores, técnicos e alunos que teriam sido perseguidos, cassados, expulsos, aposentados compulsoriamente, mortos ou desaparecidos por motivos políticos no período de 1964 a 1985. Apenas oito instituições apresentaram respostas com levantamento de dados, as demais afirmaram não terem informações ou acervo sobre o assunto (BRASIL, 2014, p.266). Infelizmente, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) foi uma das que não apresentou evidências naquele momento.

Segundo a versão preliminar do *Catálogo de Comissões Universitárias da Verdade* (2025), elaborado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foram identificadas 28 Comissões Universitárias criadas entre os anos de 2012 e 2024, em todas as regiões do país. As primeiras vieram no rastro da criação da Comissão Nacional da Verdade. Dentre essas, as da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no ano de 2012; e as mais recentes, incluindo a da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e da própria UFRGS, em 2024.

¹ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/cnv>. Acesso em: 15 abr. 2026.





Conforme a CNV, treze Comissões Universitárias de diferentes instituições colaboraram diretamente com o levantamento de informações e através de recomendações para o relatório final da comissão.² Os dados apontam lacunas na história das universidades durante a ditadura e a falta de políticas institucionais de memória e reparação. O relatório produzido em 2023 pela Comissão para implementação de medidas de Memória, Verdade e Justiça na UFPeL (CMVJ-UFPeL), informa que a instituição não havia coletado, catalogado ou organizado dados sobre os impactos da ditadura para a sua comunidade acadêmica ou sequer criado medidas para apurar os fatos do período ditatorial a fim de esclarecer tais acontecimentos. Dentre as recomendações do relatório, destaca-se o item II: “ESTABELECE outras medidas com vistas ao esclarecimento de fatos ocorridos na Universidade durante a ditadura” (Relatório CMVJ, 2023, p.18). No ano seguinte, essa recomendação foi acatada pela Reitoria da UFPeL, como discutiremos a seguir.

Os ambientes acadêmicos se destacaram como pontos estratégicos para a atuação dos militares por representarem um perigo para difusão e multiplicação das ideias “subversivas”, comunistas e esquerdistas. Para Motta (2008), estes grupos acadêmicos compunham a formação das futuras elites e dos trabalhadores técnicos necessários à gestão da economia. Ali também estava parte da intelectualidade (seja representada pelos professores, bem como pelos alunos) e da produção cultural do país. Tratava-se de um espaço onde se formavam quadros de movimentos sociais e partidos políticos. Por integrarem a estrutura do Estado, as universidades tornaram-se foco de atenção e alvos prioritários para a aplicação de métodos coercitivos. Na busca por assegurar a colaboração dessas instituições com o projeto ditatorial, elas tornaram-se espaços de vigilância constante.

No ano de 2008, Rodrigo Patto Sá Motta escreveu o artigo: *Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades*. À época, o historiador reconhecia a escassez de pesquisas e trabalhos produzidos sobre as universidades no contexto da ditadura. O desenvolvimento de sua investigação originou o livro *As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária*, publicado em 2014. A obra foi extremamente importante por notabilizar uma série de questões complexas sobre o autoritarismo no meio universitário, além de trazer à tona documentos até então inacessíveis e produzidos por serviços de inteligência e informação que atuavam dentro destes espaços, como as próprias Assessorias de Segurança e Informações (ASI).

As universidades e os sindicatos, considerados pelos militares como locais propícios para a difusão de doutrinas revolucionárias e de recrutamento para as

² Integraram a “Rede Nacional de Comissões da Verdade Universitárias” as seguintes instituições: UFES, UFRJ, UFC, UFPA, Unesp, PUC-SP, Unicamp, UNB, Fesp-SP, UFRN, UNEB, UFPR e UFFRRJ. Comissões universitárias entregam sugestões de recomendações à CNV. Comissão Nacional da Verdade, Brasília, 13 de outubro de 2014. Outros destaques. Disponível em: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/outros-destaques/556-comissoes-universitarias-entregam-sugestoes-de-recomendacoes-a-cnv.html#:~:text=Representantes%20da%20Rede%20Nacional%20de%20Comissões%20da,dessas%20OCVs%20para%20o%20relatório%20final%20da>. Acesso em: 10 abr 2026.





organizações de esquerda,³ tornaram-se os primeiros alvos da ação repressiva. Cabe salientar que no período em que os militares governaram o país, a seleção de docentes universitários passou por uma grande contradição: de um lado, houve a modernização burocrática da carreira (fim da cátedra e criação de departamentos); de outro, um severo controle ideológico perpetrado pelo Estado. De acordo com Motta (2014), a legislação que regulava a carreira docente federal (antes do Decreto-Lei nº 465, de 11 de fevereiro de 1969, o qual complementou a Lei da Reforma Universitária) estabelecia, por exemplo, que no nível de professor auxiliar, o recrutamento era sem concurso e com contrato temporário, renovável a cada dois anos, o que facilitava a demissão dos “indesejáveis”. A estabilidade no cargo se daria a partir da admissão na classe de professor assistente, que exigia o título de mestre e aprovação em concurso público de provas e títulos. No entanto, mesmo professores concursados ou com estabilidade vieram a ter problemas com o aparato repressivo, sendo afastados de seus cargos com base no Art. 7º do Ato Institucional n.º1 (AI-1), como será visto mais adiante.

Nesse contexto, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) foi fundada em 1969, sob o governo do ditador Costa e Silva, meses após a decretação do AI-5, justamente no período em que se consolidaram normas legais de legitimação da violência contra os opositores do regime. Paralelamente às práticas repressivas, intervenções institucionais e processos de expurgos, surgiram iniciativas críticas, tais como seminários, debates e manifestações estudantis, que desafiavam a ordem imposta pelo regime autoritário (Gonçalves; Gaiofatto, 2020). No mesmo ano entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 477 que, entre outras medidas

Vetou toda e qualquer manifestação considerada de caráter subversivo dentro dos estabelecimentos públicos e privados de ensino, prevendo para os estudantes seu desligamento e proibição de ingresso em outros estabelecimentos de ensino durante três anos e, para professores e funcionários, a mesma pena pelo período de cinco anos (Müller; Fagundes, 2014, p.44).

Gradativamente, pesquisas historiográficas têm considerado a importância de compreender como experiências autoritárias se estabeleciam no cotidiano. O refinamento, na forma e na estrutura, das práticas dos serviços de informação converteu ações como ser monitorado e vigiado em algo rotineiro na vida das pessoas e no espaço universitário não foi diferente. É fundamental observar que ambientes de estudo, trabalho e lazer eram atravessados por censura, vigilância e controle, difundindo uma sensação constante de medo. Os trabalhos desenvolvidos pelas Comissões mencionadas deram um passo importantíssimo na localização de documentos, levantamento de informações, publicização de materiais encontrados e, sobretudo, a produção de artigos e relatórios. As Comissões possuem caráter investigativo e desempenham um papel

³ Comissão Nacional da Verdade - Relatório - Volume II - Textos temáticos. Violações de direitos humanos na universidade. Dezembro de 2014. Disponível em: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%206.pdf> Acesso em: 29 ago. 2025.





crucial na realização de pesquisas e, conseqüentemente, no desenvolvimento de projetos e materiais. Essas iniciativas visam difundir dados sobre o período autoritário no interior dessas instituições, alcançando tanto a comunidade acadêmica quanto o público externo. Trata-se de uma história coletiva a qual todos devem ter o direito de conhecer e acessar.

Em 2008, o historiador Carlos Fico, preocupado com as questões dos arquivos da repressão, publicou o artigo *A ditadura documentada: acervos desclassificados do regime militar brasileiro*, trazendo a importância da discussão por historiadores e arquivistas quanto ao acesso a esses documentos e como eles ajudam a entender como funcionou a repressão iniciada pelos militares em 1964 e na produção de conhecimento sobre as engrenagens do regime ditatorial. Na esteira desse debate, uma das grandes conquistas para a pesquisa histórica foi a abertura dos arquivos secretos da ditadura, a qual avançou nos últimos anos graças à Lei de Acesso à Informação, de 2011, flexibilizando o sigilo e permitindo a desclassificação dos documentos, possibilitando novos estudos sobre o período de exceção que experimentou nosso país de 1964 a 1985. Além disso, o trabalho da CNV, também teve papel crucial ao investigar violações e exigir a entrega de documentos de órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Conselho de Segurança Nacional (CSN), que agora estão disponíveis no Arquivo Nacional através do projeto Memórias Reveladas.

No Brasil, a discussão sobre a abertura desses arquivos assumiu grande centralidade, pois a transição brasileira foi marcada pela impunidade e pela negociação, o que acabou gerando um sentimento de frustração em grande parcela da população. Convém lembrar que uma das medidas de reparação às vítimas de violações de direitos humanos pelo Estado brasileiro ocorreu tardiamente (Fico, 2012). Somente em 1995, dez anos após o término da ditadura, o presidente da república Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) sancionou a Lei n.º 9.140/95, a qual reconheceu como mortas pessoas desaparecidas durante o período, permitindo que as famílias solicitassem nos cartórios a emissão do atestado de óbito de pessoas desaparecidas após detenção ou acusação de participação em atividades políticas. A cena marcante retratada no filme vencedor do *Oscar* de Melhor Filme Internacional, *Ainda Estou Aqui* (2024), em que Eunice Paiva (interpretada por Fernanda Torres) aparece cercada por jornalistas segurando emocionada o documento que atestava o óbito de seu marido, o ex-deputado Rubens Paiva, ocorreu meses após a promulgação desta lei.

O acesso a documentos produzidos pelos órgãos da comunidade de informações da ditadura (tais como Serviço Nacional de Informações - SNI, Centro de Informações do Exército - CIE, Centro de Informações da Aeronáutica - CISA e Centro de Informações da Marinha - CENIMAR), possibilitou entender como funcionavam os mecanismos do sistema repressivo. Através da análise desses documentos, o papel de uma Comissão da Verdade, atuante no ambiente universitário, também é produzir uma história pública sobre temas sensíveis - como é o caso das violações de direitos humanos durante a ditadura militar contra estudantes, professores e trabalhadores técnicos - visando ir além dos debates dentro da academia, valendo-se de linguagem acessível, permitindo que a sociedade como um todo compreenda a importância da preservação dos arquivos, seja para a produção historiográfica, seja para





reparação e indenização de vítimas atingidas pelas políticas de opressão e silenciamento do regime militar. Importante frisar que a preservação de tais documentos também constituem em arquivos de provas para estabelecer as responsabilidades criminais dos atos de Terrorismo de Estado, a fim de, justamente, subsidiar as políticas públicas de reparação.

História Pública e atuação da CUV/UFPeI

Embora a CNV tenha encerrado seus trabalhos em 2014, o seu relatório final serviu como o principal fundamento jurídico e histórico para que as universidades revissem as honrarias concedidas durante o período do regime militar. O processo de cassação de títulos de *Doutor Honoris Causa* concedido a agentes da ditadura militar ocorreu de forma descentralizada, impulsionado por recomendações do Ministério Público Federal (MPF), pela criação de Comissões da Verdade internas e por pressões de movimentos estudantis e sindicais.

Nesse sentido, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2015, por meio do seu Conselho Universitário, “decidiu por unanimidade e aclamação revogar o título de *Doutor Honoris Causa* concedido, em 1972, ao general Emílio Garrastazu Médici, Presidente da República durante o Regime Militar” (Souza, 2015). Igualmente, em 2021, a Universidade de Campinas (Unicamp) “revogou por unanimidade [...] o título de *Doutor Honoris Causa* concedido em 30 de novembro de 1973 ao coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, então ministro da Educação” (Oliveira, 2021). O mesmo aconteceu com a UFRGS em 2022 ao cassar os títulos concedidos aos ditadores presidentes Costa e Silva e Médici.

Lamentavelmente, a UFPeI foi a primeira instituição de ensino superior do Brasil a conceder esta honraria ao ditador Emílio Garrastazu Médici (Loner, 1994). No entanto, “comprometido em enfrentar o tema, a partir de novembro de 2022 o Gabinete da Reitoria iniciou uma averiguação, junto a docentes e técnicos da Universidade e da região, com vistas à criação de um grupo de trabalhos voltado à apreciação do tema” [revogação dos títulos] (Relatório CMVJ, 2023, p.2). Como resposta, em maio de 2023 foi instituída a Comissão para Implementação de Medidas de Memória, Verdade e Justiça na UFPeI (CMVJ-UFPeI) e após a apresentação de seu relatório final, o Conselho Universitário da UFPeI, em março de 2024 revogou, em votação unânime, os títulos concedidos em 1970 ao ditador presidente Médici e, em 1972, ao então ministro da educação da ditadura, Jarbas Passarinho. As cassações representaram uma medida de reparação histórica a toda comunidade acadêmica pelas violências sofridas durante o período, como monitoramento, censura, prisões e indiciamentos. Através da veiculação desta notícia pela imprensa local e nacional, possibilitou lembrar à sociedade civil os horrores que o passado ditatorial representou, na luta para que não se esqueça e nunca mais aconteça (Jelin, 2002).





Como um dos desdobramentos da CMVJ/UFPeL, no ano de 2024, instaurou-se a Comissão Universitária da Verdade, CUV/UFPeL.⁴ Com o intuito de intensificar os trabalhos anteriormente iniciados, buscando e analisando documentos da instituição datados de 1964 a 1985 que possam indicar temas sensíveis, apontar, ou ainda, esclarecer fatos ocorridos na universidade durante a ditadura. As violações (afastamentos, torturas, execuções e desaparecimentos) não foram excessos isolados, mas sim uma política de Estado institucionalizada. Sendo assim, devemos entender que seus registros, isto é, os “documentos da ditadura não são um testemunho da verdade, mas a memória do arbítrio” (Fico, 2012, p.58).

Nessa perspectiva, o trabalho da CUV/UFPeL, além de instigar o debate acadêmico sobre a história pública, possui caráter investigativo, educativo e de reparação histórica. Um de seus principais objetivos é produzir o diálogo com a comunidade interna e externa através da divulgação de documentos institucionais, criando narrativas claras e acessíveis ao público leigo, garantindo que o conhecimento não fique restrito a teses e dissertações. Através do campo da história pública é possível uma abertura a fim de promover transparência, permitindo que qualquer cidadão compreenda como as estruturas do Estado afetaram a vida de estudantes, professores e técnicos da instituição e que a repressão da ditadura não ficou limitada a grandes centros urbanos e capitais. Somado ao pensamento de Cauvin (2019), Santhiago (2016) argumenta que a história pública é

[...] uma área de estudo e ação com quatro engajamentos fundamentais, passíveis de entrecruzamento: a história feita para o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita com o público (uma história colaborativa, na qual a ideia de “autoridade compartilhada” é central); a história feita pelo público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e história e público (que abarcaria a reflexividade e autorreflexividade do campo) (Santhiago, 2016, p.28).

A partir da demanda pela busca de memória, verdade e justiça na UFPeL a CUV iniciou um mapeamento dos acervos salvaguardados nas unidades fundacionais da instituição. Primeiramente foram analisados documentos das Faculdades de Odontologia e Direito de Pelotas. Essas Faculdades, à época do golpe, estavam vinculadas à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) até agosto de 1969, quando a UFPeL as incorporou juntamente com outros estabelecimentos de ensino superior, como a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel e a Faculdade de Ciências Domésticas,⁵ às quais pertenciam a Universidade Rural do Sul (URS) (Loner, 1994). Já nos primeiros meses do governo ditatorial essas Faculdades tiveram membros de sua congregação vigiados, presos e alguns proibidos de exercer suas funções.

⁴ Comissão criada pela Reitoria da UFPeL em 05/04/2024 mediante a publicação da Portaria de Pessoal n.º 1.248, complementada pela Portaria de Pessoal n.º 6327, de 08/10/2025.

⁵ A Faculdade de Ciências Domésticas foi extinta em 2006 e seu acervo encontra-se no Núcleo de Documentação Histórica da UFPeL Prof. Dra. Beatriz Loner (NDH-UFPeL).





Sendo assim, como forma de publicizar as informações coletadas durante a pesquisa da Comissão (sobretudo de documentos como atas de reuniões, portarias, ordem de serviço e correspondências expedidas e recebidas de unidades da UFPel), estão sendo publicados através das redes sociais da CUV, informações sobre as descobertas de evidências e chamadas de atividades públicas como foi o caso da Roda de Conversa “*Memórias da UFPel em tempos de ditadura*”, promovida pela CUV em parceria com a Associação dos Docentes da UFPel (ADUFPel), em junho de 2025, que contou com a presença e testemunhos de ex-técnicos e ex-docentes da instituição que vivenciaram o período dentro da instituição. Além disso, diversos documentos estão sendo digitalizados com o apoio do Núcleo de Documentação Histórica Prof. Dra. Beatriz Loner (NDH - UFPel) e compartilhados em seu *site* institucional, o que permite a consulta remota ao acervo.⁶

Merece destaque a documentação encontrada sobre a Comissão Especial de Investigação Sumária da UFRGS (CEIS/UFRGS), criada logo após o golpe de 1964 e que serviu para expurgar membros da comunidade acadêmica mediante um julgamento cujas condenações careciam de provas concretas. Os afastamentos foram efetuados com base no Art. 7º, § 1º do AI-1 e atingiram dois professores da Faculdade de Direito de Pelotas: Ápio Cláudio de Lima Antunes e Hugolino de Andrade Uflacker.⁷ Em 1969 uma nova onda de expurgos foi realizada através da Comissão de Investigação Sumária do Ministério da Educação (CISMEC), desta vez sendo fundamentado pelo AI-5 e trouxe consequências para mais dois professores que lecionaram em Pelotas, trata-se do engenheiro agrônomo e docente da Faculdade de Agronomia, Manoel Alves de Oliveira e José Pio de Lima Antunes, que lecionava nas Faculdades de Direito e Agronomia.

Outra forma de manifestação do autoritarismo nas universidades ocorreu em 1971 com a criação das Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), - que a partir de 1975 passaram a ser designadas apenas de Assessorias de Segurança e Informações (ASI) - braço do sistema repressivo militar dentro das instituições de ensino superior, vinculadas ao SNI, as quais repassavam relatórios sobre professores, estudantes e técnicos suspeitos de atividades políticas contrárias ao governo. Na UFPel a AESI⁸ foi criada em 1972, sob a gestão do primeiro reitor interventor, Delfim Mendes Silveira, ex-diretor da Faculdade de Direito, e nomeado por sua congregação como representante na CEIS/UFRGS. No entanto, participou apenas da primeira reunião, sendo substituído pelo professor Ruy Braga. A chefia da AESI ficou a cargo do General Edison Vignoli, de 1972 a 1979. Bacharel em Ciência Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Pelotas, ele também acumulava os cargos de Superintendente Administrativo, Assessor do Gabinete da Reitoria e, por um espaço menor de tempo, atuou como professor da disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros, a qual estava

⁶ Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ndh> Acesso em: 29 mai. 2026.

⁷ Ápio Antunes foi demitido e Hugolino Uflacker, aposentado. Este, também foi afastado compulsoriamente do cargo de magistrado, sendo, dessa forma, duplamente punido pela ditadura.

⁸ Em março de 1976 a AESI/UFPel passou a denominar-se ASI/UFPel, conforme portaria da reitoria n.º 93/76.





dedicada a ensinar sobre a moral e o civismo e promover ideologias de controle social, doutrinação e legitimação do poder militar dentro do ambiente universitário.

A AESI possuía um papel administrativo significativo dentro da UFPel, pois todo e qualquer candidato a uma vaga como professor ou técnico passava por uma entrevista e preenchimento de formulário no qual deveria declarar sua posição ideológica. No período em que a Assessoria esteve em funcionamento, ela poderia impossibilitar a ascensão na carreira acadêmica de professores/as e até mesmo impedir técnicos de ocupar funções relevantes ou ascender na carreira, baseado em critérios tendenciosos atribuídos a estes.

Sobre as detenções de membros da comunidade acadêmica das Faculdades de Pelotas, até o momento foram localizados registros de prisão dos discentes Irio Schwantes, André Wendhausen Pereira Filho e Ennio Freitag, da Odontologia e Saad Amim Salim, José Carlos Teixeira Giorgis, Bernardo Olavo Gomes de Souza, José Artur Torres Ronna, do Direito.⁹ Levados sob custódia ao 9º Regimento de Infantaria dias após o golpe, em abril de 1964, prestaram depoimento para averiguação de possíveis práticas de atos subversivos. O mesmo ocorreu com docentes das Faculdades de Direito e Agronomia, os quais foram detidos e fichados sob a acusação de comunismo ou simpatia à ideologia durante o regime militar, como o então auxiliar de ensino Aldyr Garcia Schlee e o professor Paulo Tholozan Dias da Costa, respectivamente. Inúmeras fichas informativas produzidas pela AESI/UFPel, pela DSI/MEC e pelo SNI registravam professores e alunos acusados de subversão e oposição ao "Movimento de 1964". Nos arquivos do SNI há registros sobre a prisão de estudantes participantes do XXX Congresso da UNE (clandestino), realizado em Ibiúna em 1968 — entre eles, um estudante da Faculdade de Agronomia, Zeferino Sachet, encaminhado ao DOPS.

No que se refere à atuação da AESI, considera-se a hipótese de que a UFPel já contasse com uma "assessoria piloto" operando informalmente antes mesmo da criação do órgão oficial em 1972 (formalmente instituída por portaria da reitoria em janeiro de 1973). A partir de então, a Assessoria passou a produzir dossiês sobre as atividades de professores e estudantes considerados suspeitos pelos militares. Infelizmente, pouquíssimos documentos produzidos pela AESI/ASI ou a ela relacionados foram localizados na UFPel. O desaparecimento dessa documentação não se trata de um fato acidental, pois sua destruição foi certamente intencional, dado que se tratava de registros com conteúdo comprometedor (Kendzerski, 2025). O mesmo possivelmente ocorreu com outros órgãos de informações da ditadura.

A partir desse ponto de vista, com a redemocratização e a eleição de Fernando Collor, o SNI ligou o sinal de alerta. Quando estava em campanha, Collor defendeu a extinção do SNI e, com isso, havia grande chances de os arquivos sigilosos saírem do controle das Forças Armadas. Segundo Figueiredo (2015), o SNI decidiu destruir prontuários biográficos comprometedores, mas não havia ordem expressa para eliminar outros tipos de documentos. Sendo assim, a partir de 1989, parte do acervo do SNI foi destruído com o intuito de ocultar provas. Supõe-se que esse alerta também

⁹ Todos foram indiciados pela CEIS-UFRGS, ficaram impedidos de assumirem cargos de liderança estudantil e seguiram sendo monitorados mesmo após colarem grau.





chegou aos arquivos das várias AESI espalhadas pelo país. Cerca de um mês antes da posse do presidente Collor, o ministro-chefe do SNI, General Ivan de Souza Mendes, enviou carta confidencial ao então ministro da Agricultura solicitando a devolução de documentos do SNI, arquivados na DSI do ministério. Portanto, é plausível crer que essa destruição de documentos por ordem do General não tenha ficado restrita apenas ao ministério da Agricultura e sua DSI (Figueiredo, 2015). Possivelmente a ordem chegou também às Divisões do MEC, que controlavam as AESI universitárias.

Apesar dessa lacuna documental com a possível destruição dos arquivos da ASI/UFPeL, felizmente alguns registros foram preservados. Juntamente com a revisão bibliográfica e a consulta desses documentos é possível constatar que quando os agentes dos órgãos de informação queriam acusar um membro da comunidade acadêmica de “subversivo”, “agitador” ou “comunista”, bastava afirmar que o indivíduo era, mesmo que não houvesse qualquer tipo de prova que o incriminasse. Esses agentes interpretavam a seu modo as atividades daqueles que faziam oposição ao regime, isto é, uma simples pichação poderia conter ameaças à “segurança nacional” ou um militante de esquerda fazer uma visita a um professor universitário poderia significar um passo para a “escalada do movimento comunista internacional”. Como sugere o historiador Carlos Fico (2019), essas alegações peculiares, podem ser chamadas de “técnicas de suspeição” e foi a forma encontrada pelos militares para “provar” que alguém era culpado de subversão. De acordo com relatos orais de ex-alunos havia também dentro das Faculdades os alunos “turistas”, isto é, eram estudantes matriculados, alguns com identidade oculta que passavam um tempo frequentando as aulas e depois de algum tempo desapareciam. Na realidade poderiam ser agentes infiltrados da polícia (talvez do SNI) ou civis que atuavam vigiando e coletando informações sobre estudantes e professores.

Dessa forma, a ditadura buscou remodelar a educação como instrumento de “ordem, eficiência e anticomunismo” (Gonçalves; Bornatto, 2020). Constatou-se que as denúncias feitas pela CEIS em 1964 contra professores, técnicos e alunos usavam o rótulo de “comunista” de forma genérica e imprecisa, servindo como instrumento de perseguição política mais amplo do que uma classificação ideológica real. Amparada pela lógica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), a qual definia como “inimigo interno” qualquer forma de divergência, a acusação atingia indiscriminadamente tanto opositores da ditadura sem vínculo partidário quanto indivíduos com posições reformistas e progressistas, mas sem qualquer relação com organizações comunistas ou revolucionárias (Alves, 2005). Nesse contexto, “ser de esquerda” deixava de ser uma posição ideológica específica e passava a significar, sobretudo aos olhos do regime, qualquer questionamento à ordem estabelecida.

Obviamente, isso não implica aceitar o argumento que eles haviam praticado algum crime ou que seu afastamento fosse legal. Os expurgos de docentes foram resultado da delação e conivência dos próprios colegas, alguns a fim de demonstrar uma colaboração com os militares por seu alinhamento ideológico; outros, talvez, motivados pelo medo ou pela busca de prestígio pessoal acabaram concordando com as punições. Na maioria dos casos, sem provas consistentes, esses “juizes” continuaram enxergando o perigo comunista (ou “perigo vermelho”) como algo a ser





combatido e neutralizado dentro da universidade. Colegas e estudantes acabaram sendo incluídos nesse imaginário como “inimigos internos”, uma representação criada pelos militares para legitimar as violações praticadas em nome da segurança nacional (Kendzerski, 2025).

Ao longo dos anos 1970 e 1980 a comunidade da UFPeL seguiu sendo vigiada e monitorada. Na instituição a ASI foi extinta em maio de 1979.¹⁰ No entanto, o General Vignoli seguiu em suas atividades de monitoramento e confecção de fichas individuais, listas com nome de lideranças estudantis, levantamento de dados biográficos (LDB) para o SNI e os assinava sob o cargo de Assessor Especial da Reitoria. Na prática extinguiu-se a sigla AESI (ou ASI) apenas para dar uma falsa ideia de que havia cessado a vigilância, possivelmente devido ao momento de transição política iniciada em março de 1979, que ficou conhecida como distensão “lenta, gradual e segura” promovida pelo general Geisel, seguido da promulgação da Lei de Anistia. Essas Assessorias só foram extintas nas universidades de fato em 1986 através da portaria n.º 576/86 do Ministério da Educação.

Considerações Finais

O tema em questão envolve indagações que ultrapassam o campo de atuação do historiador, interessando a sociedade civil, inclusive as vítimas do regime militar que necessitam ter acesso aos documentos outrora sigilosos para fundamentar pedidos de reparação frente ao Estado Brasileiro. Considera-se de extrema importância que os historiadores participem dos debates públicos; sobretudo em se tratando de história do tempo presente, o diálogo com outros campos do saber e áreas de formação profissional são indispensáveis. Assim sendo, mesmo com a ciência de que o desenvolvimento da consciência histórica é influenciado por muitos fatores para além do trabalho dos historiadores, endossa-se a construção de narrativas históricas comprometidas com a divulgação de obras científicas para além da academia.

A capacidade (e qualidade) da comunicação dos historiadores é frequentemente revisitada buscando oferecer uma linguagem mais assertiva sem deixar de complexificar os processos históricos. Neste sentido, um projeto como a Comissão Universitária da Verdade apresenta-se como uma ferramenta para a prática da história pública. Observa-se que, para além da realidade vivida em capitais e centros urbanos maiores, havia impactos diretos das mais diversas formas de repressão na cidade de Pelotas e, conseqüentemente, dentro da universidade. Seguindo a tendência nacional, os recortes temporais e temáticos dos documentos pesquisados reforçam como a estrutura notável da agência de inteligência, a nível nacional, se replicava na UFPeL.

Em suma, a história pública não emerge como um fenômeno recente, mas como o resultado de um longo processo de redimensionamento do ofício do historiador. Para além dos marcos institucionais da Lei de Acesso à Informação e da

¹⁰ Universidade Federal de Pelotas. Ofício n.º 17/79 – Reservado. Pelotas, 29 maio 1979. Assunto: Comunicação (FAZ) do chefe da Assessoria de Segurança e Informação/UFPEL, Edison Vignoli, ao professor Silvino Joaquim Lopes Neto, Diretor da Faculdade de Direito – UFPeL. Acervo Faculdade de Direito UFPeL.





Comissão Nacional da Verdade, a virada em direção ao tempo presente foi impulsionada por profundas transformações sociais. Entre elas, destacam-se a busca crescente da sociedade pela própria memória, a proliferação de narrativas históricas produzidas fora da academia e, de forma urgente, a necessidade de combater o negacionismo e o revisionismo ideológico. Assim, a história pública consolida-se como um campo essencial de disputa pelo sentido do passado na arena pública.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: EDUSC, 2005.

CASTELLI, Natasha; KENDZERSKI, Nádia. Golpe empresarial-militar na UFPel. In: GILL, Lorena Almeida; KOSCHIER, Paulo Luiz Crizel; VARGAS, Jonas Moreira; et al. **Dicionário de História de Pelotas**. Vol. II. Ed. Cabana / Ed. da UFPel, 2026. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/xmlui/handle/prefix/19930> Acesso em: 2 ago. 2026.

CAUVIN, Thomas. A ascensão da História Pública: uma perspectiva internacional. **Revista NUPEM**, v. 11, n.º 23, p. 8-28, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/nupem/article/view/5724/3748> . Acesso em: 20 mar. 2026.

FICO, Carlos. A ditadura documentada: acervos desclassificados do regime militar brasileiro. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, nº2, p. 67-78, jul/dez 2008. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/295/295> Acesso em: 30 mai. 2026.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis - o caso brasileiro, **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, n.º 47, p.45-59, jan/jun 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/P7RGYBDYn755mZRVGq3vGx/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 11 abr. 2026.

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar nenhum**. Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GONÇALVES, Nadia GAIOFATTO; Bornatto, Suzete de Paula. **Educação e sociedade na ditadura civil-militar**: adesões, acomodações e resistências. Curitiba: CRV, 2020.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. Direitos Humanos e democracia: a experiência das Comissões da Verdade no Brasil. In: GALLO, Carlos Artur (org.). **No rastro das transições**: perspectivas sobre memória, verdade e justiça no Cone Sul e no Sul da Europa. Pelotas. Ed. UFPel, 2019. p. 101-124.

JELIN, Elizabeth. Introducción. Gestión política, gestión administrativa y gestión histórica: ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (Comps.). **Los archivos de la represión**: documentos, memoria y verdad. Madrid; Buenos Aires: Siglo Veintiuno de España Editores; Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002.





KENDZERSKI, Nádia Coelho. As Faculdades de Pelotas na mira do regime militar: repressão, monitoramento e expurgos (1964 e 1969). **Anais do Seminário Discente de Ciência Política do PPGCPol**: “Dinâmicas da política dos novos tempos”. Universidade Federal de Pelotas, 05 a 07 de novembro de 2025. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/sd2ppgcpol/files/2026/01/ANAIS-II-SDCP.pdf> Acesso em: 29 mai. 2026.

LONER, Beatriz Ana. Reconstrução da Memória da UFPel. **História em Revista**. Pelotas, n.º 1, p. 7-20. Set./1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 9, n.º 16, p. 30–67, jan. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/topoi/article/view/70412/44546> Acesso em: 29 mai. 2026.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MÜLLER, Angélica; FAGUNDES, Pedro Ernesto. O trabalho das comissões da verdade universitárias: rastreando vestígios da repressão nos campi durante a ditadura militar. **Ciência e Cultura**, Dez 2014, vol.66, n.º.4, p.44-47. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v66n4/a14v66n4.pdf> Acesso em: 24 mai. 2026.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n.º10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763> Acesso em: 26 mai. 2026.

OLIVEIRA, Celso. Conselho Universitário revoga título de Doutor Honoris Causa concedido a Jarbas Passarinho. **Unicamp Notícias**, 28 set. 2021. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2021/09/28/conselho-universitario-revoga-titulo-de-doutor-honoris-causa-concedido-jarbas>. Acesso em: 26 mai. 2026.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. **História Oral**, [S. l.], v. 16, n.º 2, p. 129–148, 2013. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/313>. Acesso em: 15 abr. 2026.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História Pública: um desafio democrático aos historiadores. In: **Coleção História do Tempo Presente**: volume 2 / Tiago Siqueira Reis et al. organizadores. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: ALMEIDA, J. R. de; SANTHIAGO, R.; MAUAD, A. M. (Org.) **História Pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.v. 1, p. 23-36.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Cultura histórica e aprendizagem histórica, **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 6, n.º 10, jan./jun. 2014, p.31-50. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/nupem/article/view/5398/3426> . Acesso em: 25 abr. 2026.





SOUZA, Jean. UFRJ revoga título de Doutor Honoris Causa concedido ao general Médici. **Conexão UFRJ**, 10 dez. 2015. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2015/12/ufrj-revoga-titulo-de-doutor-honoris-causa-concedido-ao-general-medici/>. Acesso em: 26 mai. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. COMISSÃO UNIVERSITÁRIA DA VERDADE. **Relatório da Comissão para implementação de medidas de memória, verdade e justiça na Universidade Federal de Pelotas (CMVJ-UFPel)**. Pelotas: CMVJ-UFPel, 2023. 29p. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/files/2023/10/2023-RELATORIO-CMVJ-UFPEL.pdf> Acesso em: 29 mar. 2026.